

CUIDAR DO QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ

há mais de 90 anos, isso é o que importa para nós.

Proteger: em apenas três sílabas, cabem mais de 90 anos de história. Porque a MAPFRE nasceu para garantir que suas conquistas estejam sempre protegidas e, você, sempre tranquilo

Pode ser um carro, um imóvel, uma empresa e até o futuro: se é importante para o segurado, estamos aqui para cuidar.

 **MAPFRE**





Introdução

A Administração do Grupo MAPFRE submete o Relatório da Administração, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, à apreciação de seus acionistas e sociedade.

O ano de 2023 foi de forte desempenho¹ e avanços consistentes da MAPFRE no Brasil. A companhia encerrou o período com um **lucro líquido de 233 milhões de euros no país** – um salto de **62% em relação ao ano anterior**. A operação brasileira registrou ainda um **crescimento de 5,9% nos prêmios** emitidos em 2023, **totalizando 5,1 bilhões de euros**, em comparação com 4,9 bilhões de euros em 2022.

Todos os segmentos de atuação da MAPFRE obtiveram resultados positivos no país. As performances mais expressivas devem-se ao **Seguro Rural**, com **crescimento de 7,4%**, e ao **Seguro de Vida**, com **5,6%**. Importante destacar também a carteira de **Seguro Auto** – a partir de adaptações tarifárias, com a implementação de estratégias de precificação mais competitivas, o segmento registrou **aumento de 0,9%** em relação ao ano anterior.

Com isso, em 2023, o Brasil foi responsável por mais de um terço do lucro líquido da MAPFRE no mundo e por quase 19% dos prêmios emitidos, lembrando que somos o maior mercado da companhia fora da Espanha. No contexto global, a MAPFRE registrou lucro líquido de **691,8 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 7,7% em relação a 2022. Sua receita total foi de **32,2 bilhões de euros**, **9,2% a mais do que em 2022**, graças ao aumento de 9,7% nos prêmios emitidos, que alcançaram **26,9 bilhões de euros**, e a maiores receitas financeiras.

32 anos de confiança e proteção

A MAPFRE é uma das maiores companhias multinacionais de prestação de serviços nos mercados segurador e financeiro. Presente no Brasil desde 1992, atua em seguros, investimentos, consórcios, capitalização, previdência e assistência a residências e veículos.

Com o propósito “Cuidamos do que é importante para você”, a MAPFRE protege mais de 6 milhões de clientes por meio de 36 sucursais em todo o país. Esse trabalho é realizado diariamente por cerca de 2.600 colaboradores e conta com o apoio de 19 mil corretores de nossa rede nacional de parceiros. Em 2023, atendemos mais de 470 mil solicitações de assistências, sendo os serviços para automóveis e agronegócio os mais acionados pelos segurados.

A companhia adota compromissos internacionais, como os Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI), e integra o Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), além de manter a Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos que promove e investe em iniciativas e pesquisas voltadas ao bem-estar social.



A companhia opera nas seguintes linhas no Brasil:

- SEGUROS**
Primeiro grupo² do país no Mercado de Riscos (14,6% de participação); líder em Agronegócios (68%) e Grandes Riscos (10,5%).
- INVESTIMENTOS**
Administra mais de R\$ 15 bilhões de recursos em fundos para pessoa física, pessoa jurídica e instituições.
- CONSÓRCIOS**
A BR Consórcios, sócia da MAPFRE na operação de consórcios, vendeu R\$ 1,62 bilhão, sendo 111% do orçado, e teve um crescimento de 27% em relação a 2022.

Nossa estrutura

REGIONAL BRASIL

HOLDINGS E DEMAIS EMPRESAS

- MAPFRE Brasil Participações S/A
- MAPFRE Participações S/A
- Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.
- Protenseg Corretora de Seguros Ltda.

SEGUROS

- MAPFRE Seguros Gerais S/A
- MAPFRE Vida S/A
- MAPFRE Previdência S/A
- MAPFRE Capitalização S/A

BRASILSEG³

- BB MAPFRE Participações S/A
- Brasilseg Companhia de Seguros
- Aliança do Brasil Seguros S/A

SERVIÇOS FINANCEIROS

- MAPFRE Investimentos Ltda.
- MAC Investimentos S/A

¹ Critério homogeneizado ao IRFS 17 – International Financial Reporting Standards.

² As empresas que compõem a MAPFRE Brasil são: MAPFRE Brasil Seguros Gerais, MAPFRE Brasil Vida, Brasil Veículos, MAPFRE Brasil Previdência, MAPFRE Brasil Capitalização, Aliança do Brasil, Cia. de Seguros Aliança do Brasil.

³ A MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolida em sua totalidade as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas.

Um ano memorável



2023 foi considerado um período histórico para a MAPFRE no Brasil, com conquistas que demonstram um desempenho financeiro robusto e o crescimento da nossa operação no país.

Para atingir um lucro líquido de 233 milhões de euros – 62% maior do que em 2022 –, concentramos esforços significativos em atualizações sistêmicas, em estratégias de tarifação e subscrição e em reforçar nosso time de profissionais.

Por meio da constante adaptação de nosso negócio ao mercado brasileiro, garantimos a oferta de produtos relevantes para nossos clientes. Destaco também nossa atuação multicanal e a bem-sucedida parceria com o Banco do Brasil, que proporciona a flexibilidade e a conveniência que os clientes esperam de uma empresa líder de mercado.

Em 2023, comemoramos o progresso de todas as frentes do negócio, impulsionado pela recuperação técnica da companhia e pelo volume da taxa de juros. Três segmentos foram os principais responsáveis pelos resultados positivos. Em Seguro Rural, tivemos um ano livre dos episódios climáticos que afetam a carteira. Em Vida, os efeitos da pandemia felizmente ficaram no passado. E em Automóvel, implementamos com êxito um plano competitivo de precificação.

O Brasil é o segundo maior mercado da MAPFRE no mundo, com quase 30% de participação – o que nos traz muito orgulho e também aumenta a nossa responsabilidade com a sociedade. Nosso desafio em 2024 é crescer com rentabilidade, tendo os critérios ASG cada vez mais presentes em nosso negócio. E estamos preparados para isso, com investimentos em tecnologia, processos e pessoas que certamente nos permitirão equilíbrio em nossa trajetória de evolução.

Felipe Nascimento
CEO MAPFRE Brasil

Sustentabilidade

Na MAPFRE, integrar a sustentabilidade à estratégia e aos processos do negócio é um compromisso contínuo e que responde às tendências e riscos apresentados pelos desafios atuais do planeta. Para materializá-la em nossas iniciativas, contamos com o Plano de Sustentabilidade 2022-2024: com quatro eixos e doze linhas de atuação, o material reúne os objetivos que buscam gerar oportunidades para o negócio, minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos na economia, no meio ambiente e na sociedade.

Em 2023, todos os países, unidades de negócio e áreas corporativas da MAPFRE avançaram no cumprimento dos objetivos. No Brasil, as iniciativas ASG implementadas tiveram vocação especial para as questões de impacto financeiro e social, com destaque a três projetos:

MAPFRE INVESTIMENTOS
100% dos nossos fundos contemplam um ou mais aspectos que atendem critérios socioambientais

MAPFRE SÊNIOR
Oferece produtos e serviços capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do público 60+

MAPFRE NA FAVELA
Focado no desenvolvimento de produtos de microsseguros voltados para os micro e pequenos empreendedores locais das favelas



Fundación MAPFRE

A Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos criada pela MAPFRE, promove e financia atividades que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento da sociedade. Como agente de desenvolvimento econômico e social, materializa sua contribuição social ao realizar estudos e pesquisas, divulgar bolsas e prêmios, disseminar conhecimento sociocultural e fomentar ações sociais em saúde, segurança viária e educação em seguros.

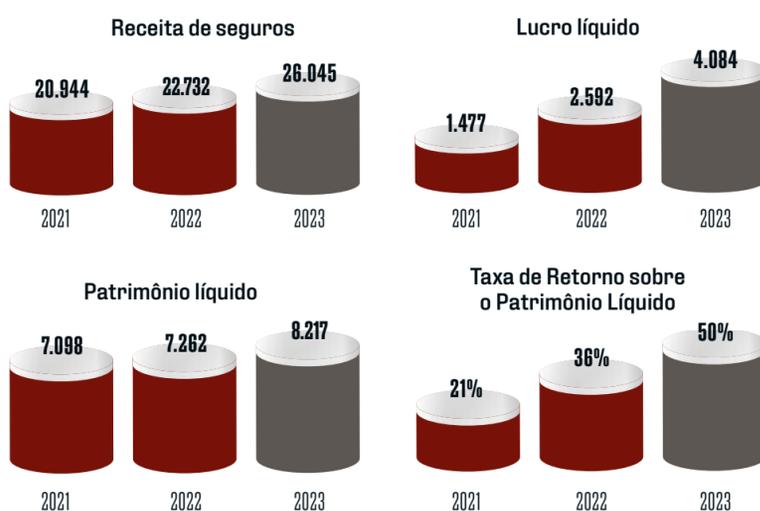
Em 2023, completamos 30 anos de atuação no Brasil e beneficiamos mais de 2 milhões de pessoas durante o ano por meio dos programas desenvolvidos e dos convênios firmados com governos e municípios. São eles:

Em Prevenção e Segurança Viária: o programa Educação Viária é Vital contribuiu para a formação de mais de 197 mil alunos e 5 mil professores nos projetos desenvolvidos em 1.336 escolas do Brasil;

Em Promoção da Saúde: ampliamos o programa Viver com Saúde – Saúde Mental nas Escolas para os estados de Minas Gerais e Bahia, com mais de 1,17 milhão de beneficiários presenciais e digitais.

Desempenho econômico e financeiro (em milhões de reais)

As medidas de desempenho foram atualizadas e consideram as métricas de apuração de acordo com a nova prática contábil do IFRS 17 (CPC 50) adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando inclusive o efeito de reapresentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022.



Índice Combinado	2021	2022	2023
Índice Combinado IFRS 4 Local	97%	89%	83%
Prêmio Ganho	18.763	22.716	25.939
Sinistro + Custo Aquisição + DA + DO + Resseguro	(18.124)	(20.265)	(21.539)
Índice Combinado IFRS 17 (CPC 50) (**)	(*)	85%	78%
Receita Líquida Cessão		18.202	20.801
Despesa Líquida de Recuperação		(15.563)	(16.204)

*De acordo com o estabelecimento pelo requerimento contábil, os saldos de 2021 não foram reapresentados, sendo os montantes comparativos a partir de 2022.

**A principal mudança, além da mensuração dos novos modelos, está na alocação do resultado de resseguro.

Agradecimentos

A Administração do Grupo MAPFRE agradece aos acionistas, parceiros de negócios, fornecedores, clientes, sociedade e à comunidade financeira pelo indispensável apoio e pela confiança, assim como aos nossos profissionais, que tornaram possível a conquista do desempenho aqui apresentado.

São Paulo, 29 de abril de 2024
A Administração

MAPFRE Brasil Participações S.A.

CNPJ: 09.007.935/0001-74



BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)	2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)		2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)	2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)	
Circulante		454.293	464.418	190.584	18.161.599	16.059.729	14.626.130	147.413	14.021.189	12.455.498	11.755.002
Caixa e equivalente de caixa		56	342	25	202.581	51.824	73.453	—	—	11.067.213	10.424.253
Ativos financeiros	5	337.468	401.208	63.103	13.502.261	11.486.670	9.709.791	147.413	1.834.540	1.270.239	1.250.756
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		337.468	385.810	63.103	13.348.144	11.125.783	8.665.978	—	—	118.046	79.993
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		—	15.398	—	154.117	203.811	309.157	—	6.505.805	7.446.368	6.493.445
Mensuradas a custo amortizado		—	—	—	—	157.076	734.656	—	—	619.484	667.277
Outros recebíveis	6	75.115	25.868	51.402	436.519	463.570	297.260	168.072	9.483.582	10.386.742	9.414.598
Ativos de contratos de resseguro	11	—	—	—	3.810.379	3.845.358	4.206.865	—	—	—	—
Ativo fiscal corrente	7	41.654	37.000	76.054	209.859	212.307	338.761	—	435.977	444.267	414.513
Ativo não circulante	5	2.883.848	4.580.587	4.521.621	13.560.901	14.044.716	13.641.595	16	5.248.263	4.396.720	8.217.729
Ativos financeiros	5	252.924	37.592	35.877	5.774.599	5.253.814	5.641.047	—	—	—	—
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		252.924	37.592	35.877	5.774.599	5.253.814	5.641.047	—	—	—	—
Mensuradas a custo amortizado		—	—	—	—	—	156.206	—	—	—	—
Outros recebíveis	6	630	—	—	89.213	790	1.711	—	—	—	—
Ativos de contratos de resseguro	11	—	—	—	620.565	1.601.811	1.287.994	—	—	—	—
Ativos fiscais diferidos	7	3.187	8.526	2.807	1.544.387	1.612.896	1.357.869	—	—	—	—
Depósitos judiciais	15	650	—	—	1.767.296	1.694.549	1.633.259	—	—	—	—
Participações societárias	8	5.019.268	4.527.759	4.476.312	12.213	8.514	8.535	—	—	—	—
Demais investimentos		—	—	—	260	271	3.866	—	—	—	—
Imobilizável	9	1.438	959	874	628.413	669.166	594.147	—	—	—	—
Intangível	10	5.751	5.045.005	5.751	3.123.955	3.202.905	3.113.666	—	—	—	—
Total do ativo		5.738.141	5.045.005	4.712.205	31.722.500	30.104.445	28.287.725	5.738.141	5.045.005	4.712.205	31.722.500
								5.738.141	5.045.005	4.712.205	31.722.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2022, publicado anteriormente	Reserva de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de reserva	Reserva legal	Reserva estatutária				
3.038.709	593.127	239.902	787.605	(234.285)	—	4.425.058	2.423.478	6.848.536
Ajuste na aplicação inicial da IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquido de impostos	—	—	(61.545)	33.207	—	(28.338)	277.927	249.589
Saldo em 1º de janeiro de 2022 (reapresentado)	3.038.709	593.127	239.902	726.060	(201.078)	—	4.396.720	7.098.125
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	—	—	—	—	(92.425)	—	4.555	(87.870)
Outros resultados abrangentes - IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquidos dos impostos	—	—	—	31.479	—	31.479	(18.003)	13.476
Dividendos pagos em 06 de abril de 2022	—	—	—	(160.000)	—	(160.000)	—	(160.000)
Dividendos pagos em 11 de agosto de 2022	—	—	—	(33.110)	—	(33.110)	—	(33.110)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	720.490	720.490	1.871.567	2.592.057
Destinações:								
Dividendos propostos	—	—	—	—	(173.872)	(173.872)	—	(173.872)
Distribuição de dividendos de não controladores	—	—	—	—	—	—	(1.986.601)	(1.986.601)
Reservas	—	—	36.605	510.013	—	(546.618)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	3.038.709	593.127	276.507	1.042.963	(262.024)	—	4.689.282	2.572.923
Aumento de capital de não controladores	—	—	—	—	—	—	31.200	31.200
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	—	—	—	(577)	222.464	—	57.640	279.527
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(34.785)	—	—	22.176	(12.609)
Dividendos pagos em 03 de março de 2023	—	—	—	(141.250)	—	(141.250)	—	(141.250)
Dividendos pagos em 05 de maio de 2023	—	—	—	(163.400)	—	(163.400)	—	(163.400)
Dividendos pagos em 22 de setembro de 2023	—	—	—	(137.500)	—	(137.500)	—	(137.500)
Dividendos pagos em 06 de novembro de 2023	—	—	—	(138.531)	—	(138.531)	—	(138.531)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.264.622	1.264.622	2.819.439	4.084.061
Destinações:								
Dividendos propostos	—	—	—	—	(312.062)	(312.062)	—	(312.062)
Distribuição de dividendos de não controladores	—	—	—	—	—	—	(2.533.912)	(2.533.912)
Reservas	—	—	65.697	886.863	—	(952.560)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.038.709	593.127	342.204	1.348.568	(74.345)	—	2.969.466	8.217.729

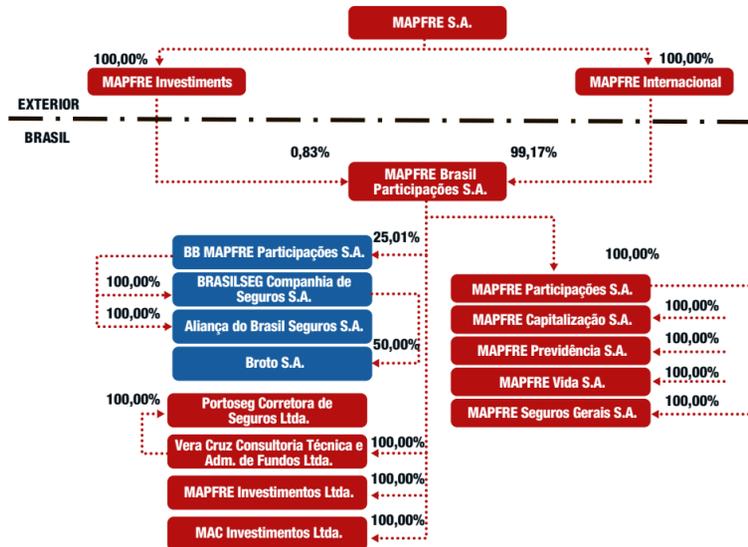
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Brasil Participações S.A. (doravante designada por "GRUPO" ou "Companhia"), controlada da MAPFRE S.A. entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 e em 29 de setembro de 2010, iniciou suas operações. A Companhia, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras. Com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711 - 21º andar em São Paulo - Brasil e cadastrada sobre o CNPJ nº 09.007.935/0001-74. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo:



a) Incorporação das empresas MAPFRE Investimentos e Participações S.A. e MS Participações Ltda.: Essas demonstrações financeiras contemplam a incorporação das empresas MAPFRE Investimentos e Participações S.A. e MS Participações Ltda. em 1º de novembro de 2023 onde a Controladora incorporou a totalidade dos ativos e passivos com o objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais e administrativos. Os acionistas aprovaram as incorporações através das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de novembro de 2023 e 29 de dezembro de 2023 respectivamente. Os saldos contábeis incorporados estão apresentados abaixo:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Equivalente de caixa	118
Aplicações	118
Títulos e créditos a receber	113
Títulos e créditos a receber	108
Créditos tributários e previdenciários	108
Ativo não circulante	709
Realizável a longo prazo	709
Aplicações	709
Títulos e créditos a receber	709
Títulos e créditos a receber	709
Depósitos judiciais e fiscais	709
Investimentos	709
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido
91.446	106.871
107.698	107.698

(*) Patrimônio Líquido incorporado contra Participações Societárias em Investidas da empresa Controladora

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram submetidas para aprovação do Conselho de Administração em 29 de abril de 2024.

b) Critérios de consolidação: Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das companhias participantes da consolidação, bem como foram eliminadas as participações societárias e os saldos resultantes de operações realizadas entre as Companhias. As participações no patrimônio líquido e no resultado das companhias ligadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, não pertencentes na totalidade à MAPFRE Brasil Participações S.A., foram classificadas como participação de não controladores. A MAPFRE Brasil Participações S.A. é a controladora das demonstrações financeiras devido deter 50,01% do capital votante da BB MAPFRE Participações S.A. Além da MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolidou-se as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas a seguir relacionadas:

Controladas	% Participação de capital			
	Direta 2023	Indireta 2023	Direta 2022	Indireta 2022
MAPFRE Participações S.A.	100,00	—	100,00	—
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	—	100,00	—	100,00
MAPFRE Vida S.A.	—	100,00	—	100,00
MAPFRE Capitalização S.A.	—	100,00	—	100,00
MAPFRE Previdência S.A.	—	100,00	—	100,00
BB MAPFRE Participações S.A.	25,01	—	25,01	—
Brasilseg Companhia de Seguros	—	25,01	—	25,01
Aliança do Brasil Seguros S.A.	—	25,01	—	25,01
Broto S.A.	—	50,00	—	—
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	100,00	—	100,00	—
MS Participações Ltda.	—	—	100,00	—
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	—	—	100,00	—
MAPFRE Investimentos Ltda.	100,00	—	0,10	99,90
MAC Investimentos S.A.	100,00	—	—	100,00
Protenseg Corretora de Seguros Ltda.	—	100,00	10,00	90,00

MAPFRE Seguros Gerais S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosseguros nos ramos de autos, vida e elementares. MAPFRE Vida S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosseguros nos ramos de pessoas e vida. MAPFRE Capitalização S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera na modalidade de capitalização. MAPFRE Previdência S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência. Brasilseg Companhia de Seguros é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosseguros nos ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. Aliança do Brasil Seguros S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cosseguros nos ramos de danos e seguros rurais. Broto S.A. é uma companhia que tem por objeto a prestação de serviços de intermediação de negócios em geral, incluindo bens e serviços de qualquer natureza, inclusive insumos, máquinas, bens de consumo, bens de capital, produtos financeiros, produtos securitários, dentre outros; (ii) criação, edição, produção, distribuição e comercialização de conteúdos e materiais didáticos impressos ou digitais; (iii) a realização de cursos, eventos ou atividades associadas à difusão de conhecimento, presenciais ou à distância; e (iv) a prestação de serviço de correspondente no País. MAPFRE Participações S.A. e BB MAPFRE Participações S.A. são sociedades por ações de capital fechado que operam como holdings de companhias seguradoras. A MAC Investimentos S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, administração de fundos por contrato ou comissão e a participação como acionista em instituições não financeiras. A Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda., é uma sociedade limitada opera com prestação de serviços. A MAPFRE Investimentos Ltda., sociedade limitada, tem por objeto social (i) o exercício profissional da gestão de recursos, bem como a distribuição de cotas de fundos de investimento dos quais seja gestora; e (ii) a participação no capital de outras empresas, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista ou quotista. PROTENSEG, sociedade limitada que tem por objeto social (i) a corretagem de seguros em todos os ramos; (ii) a participação em outras sociedades, simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras, sendo vedada a participação em sociedades seguradoras; e (iii) a prestação de serviços de consultoria na contratação de seguros. Foram também objeto da consolidação os fundos de investimentos exclusivos relacionados a seguir, os quais são considerados como entidades de propósito específicos, para os quais foram destacados e eliminados os saldos entre ativos e passivos e as receitas e despesas correspondentes das operações realizadas entre a Controladora, Controladas e estas entidades.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Receitas de seguros	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)	2023 (reapresentado)	2022 (reapresentado)
17a.i		—	—	26.044.919	27.322.416
Despesas com prestação de serviços de seguros	17a.ii	—	—	(18.103.938)	(19.297.955)
Resultado líquido com contratos de resseguros	17a.iii	—	—	(3.343.898)	(791.292)
Resultado da prestação de serviços de seguros		—	—	4.597.083	2.639.411
Receita financeira dos contratos de seguros		—	—	392.682	506.715
Despesa financeira dos contratos de seguros		—	—	(1.320.295)	(1.106.850)
Resultado financeiro das operações de seguros	17a.iv	—	—	(927.613)	(600.135)
Outras receitas e despesas operacionais	17b	(15.730)	(40.529)	(128.008)	(133.448)
Outras despesas administrativas	17c	(36.416)	(11.787)	(113.370)	(44.138)
Outros resultados financeiros	17d	58.800	21.790	1.927.036	1.583.682
Depósitos judiciais	17e	1.286.423	761.483	4.306.682	4.306.682
Lucro antes de impostos		1.286.975	730.977	5.364.434	3.451.914
Imposto de renda e contribuição social	18	(22.353)	(10.477)	(1.280.373)	(859.857)
Lucro líquido do exercício		1.264.622	720.490	4.084.061	2.592.057
Acionistas controladores		—	—	1.264.622	720.490</

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

a isenção à aplicação da IFRS 9 (CPC 48) para permitir implementar a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 17 (CPC 50) ao mesmo tempo. O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48), uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou a IFRS 9 (CPC 48) pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, com o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos quatro tópicos principais abaixo: **Classificação e mensuração de ativos e passivos:** A IFRS 9 (CPC 48) afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2022, da seguinte forma:

- A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com a IAS 39. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48).
- Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com a IAS 39, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48).
- Os investimentos em dívida classificados como disponível para venda de acordo com a IAS 39 podem, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas.
- No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2023; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes.
- Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com a IAS 39, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), e necessariamente passem no teste de pagamento somente do principal e dos juros (SPPI), e cujo objetivo final seja a coleta dos fluxos de caixa contratuais até o vencimento do título. A classificação dos ativos financeiros, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. A IFRS 9 (CPC 48) inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, temos fundos de investimentos mensurados ao VJR e custo amortizado. Em relação à carteira própria de títulos públicos e privados os valores são mensurados pelo VJORA. Como a maioria dos ativos financeiros é mensurado pelo valor justo antes e depois da transição para IFRS 9 (CPC 48), o GRUPO MAPFRE apresenta o impacto na nota 2) b) iv. ECL (**Expected Credit Loss**): A IFRS 9 (CPC 48) substituiu o modelo de perda incorrida na IAS 39 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. A IFRS 9 (CPC 48) exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência (ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data da apresentação. iii. **Hedge accounting (contabilização de hedge):** O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. De acordo com a Política de Investimentos e normativas vigentes, o GRUPO MAPFRE realiza operações em mercados derivativos, com a finalidade de efetuar *Hedge* em sua carteira. Ao longo do segundo semestre de 2022, contratou Instrumentos Financeiros de Derivativos do tipo DI Futuro da B3, na Carteira Própria, com o objetivo de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros futuros, sendo os ajustes com liquidações financeiras diárias. O ganho ou perda resultante com as operações de derivativos são reconhecidos pelo "VJR" de cada período. O GRUPO MAPFRE adota a contabilidade de *Hedge Accounting*, e em caso de oscilações de marcação a mercado são reconhecidas no resultado (VJR), e não mais no Patrimônio Líquido (VJORA). O GRUPO MAPFRE adota o novo modelo geral de contabilização de *Hedge* na IFRS 9 e CPC 48. iv. **Efeitos da adoção inicial:** As tabelas a seguir demonstram exclusivamente as categorias originais de mensuração no IAS 39 (CPC 38) as quais tiveram reclassificação para novas categorias de mensuração nos termos da IFRS 9 (CPC 48) para cada classe de ativos financeiros do GRUPO MAPFRE em 1º de janeiro de 2023.

	Classificação original		Nova classificação - IFRS 9 (CPC 48)	
Fundos de investimentos	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		VJR	
Certificado de depósito bancário - CDB	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		VJR	
Debêntures	Ativos financeiros disponíveis para venda		VJORA	
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	Ativos financeiros disponíveis para venda		VJORA	
Letras financeiras do tesouro - LFT	Ativos financeiros disponíveis para venda		VJORA	
Letras do tesouro nacional - LTN	Ativos financeiros disponíveis para venda		VJORA	
Letras do tesouro nacional - LTN	Ativos financeiros disponíveis para venda		VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	Ativos mantidos até o vencimento		VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos mantidos até o vencimento		VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos mantidos até o vencimento		VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos mantidos até o vencimento		Custo amortizado	

A seguir apresentamos o impacto de adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48), e IFRS 17 (CPC 50) no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	Divulgação (CPC 50) e anterior IFRS 9 (CPC 48)	01.01.2022 (reapresentado)	Divulgação (CPC 50) e anterior IFRS 9 (CPC 48)	01.01.2022 (reapresentado)
Ativo				
Circulante	190.584	190.584	23.028.680	(8.402.550)
Caixa e equivalente de caixa	25	25	73.453	73.453
Ativos financeiros	63.103	63.103	9.733.422	(23.631)
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	63.103	63.103	8.665.978	-
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	38.492	270.665
Mensuradas a custo amortizado	-	-	1.028.952	(294.296)
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	5.281.669	(5.281.669)
Outros recebíveis	51.402	51.402	323.415	(26.155)
Ativos de contratos de resseguro	-	-	5.008.165	(801.300)
Ativos fiscais corrente	76.054	76.054	338.761	-
Outros valores e bens	-	-	127.335	(127.335)
Custos de aquisição diferidos	-	-	2.142.460	(2.142.460)
Ativo não circulante	4.549.959	(28.338)	4.521.621	17.979.656
Ativos financeiros	34.958	919	35.877	5.568.936
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	35.877	35.877	4.830.350
Mensuradas a custo amortizado	34.958	(34.958)	-	738.586
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	2.243.688	(2.243.688)
Outros recebíveis	-	-	1.711	-
Ativos de contratos de resseguro	-	-	1.274.938	13.056
Ativos fiscais diferidos	3.119	(312)	2.807	1.628.112
Custos de aquisição diferidos	-	-	1.909.477	(1.909.477)
Depósitos judiciais	-	-	1.633.259	-
Participações societárias	4.505.257	(28.945)	4.476.312	8.535
Demais investimentos	-	-	340.929	-
Imobilizado	874	-	874	594.147
Intangível	5.751	-	5.751	3.113.664
Total do ativo	4.740.543	(28.338)	4.712.205	41.008.516
Passivo				
Circulante	147.413	147.413	20.191.777	(8.436.775)
Passivos de contratos de seguro	-	-	18.821.874	(8.397.621)
Passivos de arrendamento	-	-	340.929	-
Outros passivos	147.413	-	147.413	1.289.910
Passivo não circulante	168.072	-	168.072	13.968.203
Passivos de contratos de seguro	-	-	11.047.050	(4.553.605)
Passivos fiscal diferido	167.364	-	167.364	667.277
Provisões judiciais	708	-	708	1.515.132
Passivos de arrendamento	-	-	414.513	-
Outros passivos	-	-	380.221	-
Patrimônio líquido	4.425.058	(28.338)	4.396.720	6.848.536
Capital social	3.038.709	-	3.038.709	-
Reservas	1.620.634	(61.545)	1.559.089	1.620.634
Ajustes de avaliação patrimonial	(234.285)	33.207	(201.078)	(234.285)
Participação de acionistas não controladores	-	-	4.243.478	277.927
Total do passivo e patrimônio líquido	4.740.543	(28.338)	4.712.205	41.008.516

	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e anterior IFRS 9 (CPC 48)		2022		Adoção IFRS 17 (CPC 50) e anterior IFRS 9 (CPC 48)		2022	
	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)
Ativo								
Circulante	464.420	(2)	464.418	25.934.069	(9.874.340)	16.059.729	16.059.729	16.059.729
Caixa e equivalente de caixa	342	-	342	51.824	-	51.824	-	51.824
Ativos financeiros	401.210	(2)	401.208	11.487.959	(529)	11.486.570	-	11.486.570
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	385.810	-	385.810	11.125.783	-	11.125.783	-	11.125.783
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	15.398	48.942	154.869	203.811	203.811
Mensuradas a custo amortizado	15.400	(15.400)	-	312.474	(155.398)	-	157.076	157.076
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	-	6.098.050	(6.098.050)	-	463.570	463.570
Outros recebíveis	25.868	-	25.868	4.941.203	(1.095.845)	-	3.845.358	3.845.358
Ativos de contratos de resseguro	-	-	-	1.694.549	-	-	212.307	212.307
Ativo fiscal corrente	37.000	-	37.000	212.307	-	-	-	-
Outros valores e bens	-	-	-	153.069	(153.069)	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	2.650.340	(2.650.340)	-	-	-
Ativo não circulante	4.612.158	(31.571)	4.580.587	18.759.361	(4.714.645)	14.044.716	-	14.044.716
Ativos financeiros	39.789	(2.197)	37.592	5.246.744	7.070	5.253.814	-	5.253.814
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	37.592	37.592	4.770.026	483.788	5.253.814	-	5.253.814
Mensuradas a custo amortizado	39.789	(39.789)	-	476.718	(476.718)	-	-	-
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	-	2.417.430	(2.417.430)	-	790	790
Outros recebíveis	-	-	-	790	-	-	25.780	1.601.819
Ativos de contratos de resseguro	-	-	-	1.576.820	-	-	1.612.896	1.612.896
Ativos fiscais diferidos	7.779	747	8.526	1.750.470	(137.574)	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	2.192.491	(2.192.491)	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	1.694.549	-	-	-	-
Participações societárias	4.557.880	(30.121)	4.527.759	8.514	-	8.514	-	8.514
Demais investimentos	-	-	-	271	-	271	-	271
Imobilizado	959	-	959	669.166	-	669.166	-	669.166
Intangível	5.751	-	5.751	3.102.265	-	3.102.265	-	3.102.265
Total do ativo	5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430	(14.588.985)	30.104.445	-	30.104.445
Passivo								
Circulante	192.964	-	192.964	22.388.836	(9.933.337)	12.455.499	-	12.455.499
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	20.459.932	(9.392.719)	11.067.213	-	11.067.213
Passivos de arrendamento	-	-	-	118.046	-	118.046	-	118.046
Outros passivos	192.964	-	192.964	1.810.858	(540.619)	1.270.239	-	1.270.239
Passivo não circulante	162.759	-	162.759	15.126.765	(4.714.023)	10.386.742	-	10.386.742
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	12.193.891	-	12.193.891	-	12.193.891
Passivos fiscal corrente	-	-	-	1.694.549	-	1.694.549	-	1,694.549
Passivos fiscal diferido	153.536	-	153.536	611.984	7.500	619.484	-	619,484
Provisões judiciais	6	-	6	1.535.544	-	1,535.544	-	1,535.544
Outros passivos	9.217	-	9.217	341.079	-	341,079	-	341,079
Passivos de arrendamento	-	-	-	444.267	-	444,267	-	444,267
Patrimônio líquido	4.720.855	(31.573)	4.689.282	33.929.829	84.376	33.929.829	-	33,929.829
Capital social	3.038.709	-	3.038.709	3.038.709	-	3,038.709	-	3,038.709
Reservas de lucros	1.985.743	(73.146)	1.912.597	1.985.743	(73.146)	1,912.597	-	1,912.597
Ajustes de avaliação patrimonial	(303.597)	41.573	(262.024)	(303.597)	41,573	(262,024)	-	(262,024)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	2.456.974	115.949	2,456.974	-	2,456.974
Total do passivo e patrimônio líquido	5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430	(14.588.985)	30.104.445	-	30,104.445

	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		2022		Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		2022	
	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	Divulgação anterior	(CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)
Demonstração do resultado								
Receita de seguros	-	-	-	25.871.428	(3.139.012)	22.732.416	-	22.732.416
Despesas com prestação de serviços seguros	-	-	-	(1.225.236)	1.725.343	(19.297.953)	-	(19,297.953)
Resultado líquido com contratos de resseguros	-	-	-	(540.088)	(254.964)	(795.052)	-	(795,052)
Resultado da prestação de serviços de seguros	-	-	-	4.308.404	(1.668.633)	2.639.411	-	2,639.411
Receita financeira dos contratos de seguros	-	-	-	-	596.715	596,715	-	596,715
Despesa financeira dos contratos de seguros	-	-	-	-	(1.106.200)	(1,106.200)	-	(1,106.200)
Resultado líquido das operações de seguros	-	-	-	-	(600.135)	(600,135)	-	(600,135)
Outras receitas e despesas operacionais	(40.529)	-	(40.529)	67.280	(200.228)	(133.448)	-	(133,448)
Outras despesas administrativas	(11.787)	-	(11.787)	(1.826.620)	1.782.482	(44.138)	-	(44,138)
Outros resultados financeiros	21.802	(12)	21.790	1.142.663	441.019	1,583.687	-	1,583.687
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de investimentos	773.086	(11.593)	761.493	6.542	-	6.542	-	6.542
Lucro antes dos impostos	742.572	(11.605)	730.967	3.697.906	(245.995)	3,451.914	-	3,451.914
Imposto de renda e contribuição social	(10.481)	4	(10.477)</					

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros o GRUPO usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotizações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "*Market to Model*" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Movimentação dos saldos de aplicações financeiras:

	2022					Controladora				
	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo
Fundos de investimentos (*)	438.800	6.883	1.112.714	(1.030.300)	5.126	57.169	590.392			
Total	438.800	6.883	1.112.714	(1.030.300)	5.126	57.169	590.392			

	2021					Controladora				
	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo
Fundos de investimentos (*)	98.960	775.473	(451.221)	(3.116)	18.684	438.800				
Total	98.960	775.473	(451.221)	(3.116)	18.684	438.800				

(*) Devido a participação da Controladora no fundo de investimento próprio que o GRUPO possui em sua carteira de ativos financeiros, para fins de divulgação da movimentação a controladora optou em não segregar por classificação de ativos.

	2022					Controladora				
	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	11.125.783	6.883	18.015.908	(17.414.339)	-	1.613.909	13.348.144			
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados	5.457.625	-	635.439	(976.252)	(6.938)	448.377	370.465	5.928.716		
Mensuradas a custo amortizado	157.076	-	-	(157.076)	-	-	-	-	-	-
Total	16.740.484	6.883	18.651.347	(18.547.667)	(6.938)	448.377	1.984.374	19.276.860		

	2022					Controladora				
	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	(reapresentado)	Incorporação nota 1a	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	8.665.978	19.009.863	(17.530.981)	-	980.923	11.125.783				
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.793.998	768.983	(1.561.232)	(720)	(114.319)	570.915	5.457.625			
Mensuradas a custo amortizado	890.862	-	(805.184)	-	71.398	157.076				
Total	15.350.838	19.778.846	(19.897.397)	(720)	(114.319)	1.623.236	16.740.484			

e) Instrumentos financeiros derivativos: O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmio dos produtos do ramo de agronegócio. A utilização de derivativos está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - A vencer acima de 360 dias	(2.433)	243.288	(210.621)	79
DI FUT - A vencer abaixo de 360 dias	(2.807)	280.700	(267.812)	92
Total	(5.240)	523.988	(478.433)	171

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - A vencer acima de 360 dias	(1.754)	175.400	(228.147)	(102)
DI FUT - A vencer abaixo de 360 dias	(260)	26.000	(35.338)	-
Total	(2.014)	201.400	(263.485)	(102)

6. OUTROS RECEBÍVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos e créditos a receber	5.066	3.001	375.117	276.475
Crédito de subvenção do Ministério da Agricultura	-	-	20.289	14.461
Dividendos a receber	69.071	16.896	797	1.332
Outros créditos a receber	1.608	5.971	129.529	172.092
Total	75.745	25.868	525.732	464.360

7. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias das empresas consolidadas no GRUPO.

	2022			Controladora			Consolidado		
	(reapresentado)	Constituição	Reversão	Incorporação nota 1a	2023	Constituição	Reversão	Incorporação nota 1a	2023
Ativo									
Tributos a compensar	35.728	17.155	(24.300)	5.676	34.259	97.714	72.357	(95.244)	80.503
PIS/COFINS s/PSL/IBNR	-	-	-	-	-	101.217	29.057	(18.913)	-
PIS/COFINS	234	1.661	(1)	1.894	234	234	1.661	(1)	1.894
Tributos retidos na fonte	1.038	9.014	(6.465)	1.673	5.260	12.804	16.290	(16.435)	1.673
Antecipação de imposto de renda/contribuição social	-	-	-	13	13	318	543	-	13
Outros créditos	-	-	-	228	228	20	658	(11)	228
Total circulante	37.000	27.830	(30.766)	7.590	41.654	212.307	120.566	(130.604)	7.590

8. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	BBMAPFRE		MAPFRE		Vera Cruz Consultoria e		MAPFRE		MAC		Protenseg Corretora		MAPFRE Investimentos		Total
	Participações S.A.	Participações S.A.	Participações S.A.	Participações S.A.	ADM de Fundos Ltda.	Investimentos Ltda.	Investimentos S.A.	de Seguros Ltda.	MS Participações Ltda.	Participações S.A.	Participações S.A.	Participações S.A.	Participações S.A.		
Dados das investidas															
Capital social	1.469.848	2.555.043			95.005	7.100			61.000						
Quantidade de ações possuídas															
ON	1.890.094.939	994.665.757			4.614.148	7.100.000			201.023.145						
PN	1.889.339.198	809.270.245			-	-			-						
Percentual de participação	25,01%	100,00%			100,00%	100,00%			100,00%						
Total de ativos	3.358.956	3.680.487			83.120	61.041			37.640						
Total de passivos líquido de provisões judiciais	170	70.621			2.437	5.401			163						
Total de provisões judiciais	-	-			46	-			660						
Patrimônio líquido	3.358.786	3.609.778			80.637	55.639			36.817						
Total de receitas	3.887.621	289.983			11.360	24.980			12.396						
Resultado líquido do exercício	3.887.689	286.501			6.025	5.664			10.523						
Saldo em 31 de dezembro de 2021, publicado anteriormente	1.324.691	3.018.079			69.828	58			555			15.833		76.213	4.505.257
Ajuste na aplicação inicial da IFRS 17 (CPC 50), líquido de impostos	92.692	(122.329)			96	359			37			69		131	(28.945)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022 (reapresentado)	1.417.383	2.895.750			69.924	417			592			15.902		76.344	4.476.312
Aumento/redução de capital	-	75.000			-	-			-			-		-	75.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	(662.636)	(670)			-	-			-			-		-	(663.306)
Outros resultados abrangentes - VJORA	1.519	(91.727)			-	-			-			-		-	(90.208)
Efeito da IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquidos de impostos	(6.040)	38.327			(96)	(359)			(37)			(69)		(131)	31.595
Amortização de ajuste a valor justo - combinação de negócio	(40.945)	-			-	-			-			-		-	(40.945)
Resultado de equivalência patrimonial	651.141	83.869			4.751	-			86			(2.613)		24.226	761.460
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	1.360.422	3.000.549			74.579	58			641			13.220		78.290	4.527.759
Incorporação - participação societária	-	-			-	-			-			-		-	91.446
Encerramento de empresas incorporadas	-	-			55.990	35.456			-			-		(13.104)	(93.767)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(845.088)	(69.071)			-	-			-			-		-	(914.159)
Outros resultados abrangentes - VJORA	19.304	160.075			-	-			-			-		-	179.379
Outros resultados abrangentes	7.396	(4.122)			-	-			-			-		-	3.274
Amortização de ajuste a valor justo - combinação de negócio	(41.535)	-			-	-			-			-		-	(41.535)
Resultado de equivalência patrimonial	972.311	285.932			8.058	(408)			(641)			(116)		15.477	1.279.975
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (*)	1.472.810	3.373.363			80.637	55.640			36.818			(116)		15.477	5.019.268

(*) A Controladora possui investimentos na Seguradora Líder e em Administradora de consórcios consolidados por método de equivalência patrimonial (MEP) que totalizam R\$ 12.213.

9. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamentos	10% e 20%	676	(653)	23	124	10	-	(111)	-	23
Móveis, máquinas e utensílios	10%	28	(27)	1	2	-	-	(1)	-	1
Veículos	20%	3.567	(2.153)	1.414	833	1.104	(1.466)	(454)	1.397	1.414
Total		4.271	(2.833)	1.438	959	1.114	(1.466)	(566)	1.397	1.438

	Controladora									
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamentos	10% e 20%	666	(542)	124	251	-	-	(127)	-	124
Móveis, máquinas e utensílios	10%	28	(26)	2	3	-	-	(1)	-	2
Veículos	20%	3.930	(3.097)	833	619	691	(327)	(150)	-	833
Total		4.624	(3.665)	959	873	691	(327)	(278)	-	959

	Consolidado									
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Saldo final
Imóveis de uso próprio	4%	107.303	(43.797)	63.506	73.485	789	(11.149)	(4.483)	4.864	63.506
Equipamentos	10% e 20%	242.238	(212.124)	30.114	30.253	11.784	(5.863)	(10.889)	4.029	30.114
Móveis, máquinas e utensílios	10%	50.611	(38.841)	11.770	15.585	731	(4.090)	(3.115		

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

2) Movimentação dos ativos e passivos de contratos de seguros e resseguros: a) MODELO BBA

i. Análise por cobertura remanescente e sinistros incorridos

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
2023				
Passivo de abertura	2.762.415	4.473	549.772	3.316.660
Receitas de seguro	(3.054.313)	-	-	(3.054.313)
Despesas com prestação de serviço de seguros	996.570	(4.857)	1.033.214	2.024.927
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	-	1.047.510	1.047.510
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	996.570	-	-	996.570
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	-	(4.857)	-	(4.857)
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	-	-	(14.296)	(14.296)
Resultado da prestação de serviços de seguro	(2.057.743)	(4.857)	1.033.214	(1.029.386)
Resultado financeiro líquido de seguros	296.923	473	97.942	394.888
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	307.437	393	69.257	377.087
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(10.514)	80	28.235	17.801
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.760.820)	(4.382)	1.130.706	(634.498)
Componentes de investimento e restituições de prêmio	(71.556)	-	71.556	-
Outros	-	11	-	11
Prêmios recebidos	3.151.028	-	-	3.151.028
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(1.164.146)	(1.164.146)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.039.951)	-	-	(1.039.951)
Total de fluxos de caixa	2.111.077	-	(1.164.146)	946.931
Passivos de fechamento	3.041.115	100	587.888	3.629.103

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
2022				
Passivo de abertura	1.881.798	-	572.662	2.454.460
Receitas de seguro	(2.457.312)	-	-	(2.457.312)
Despesas com prestação de serviço de seguros	856.951	4.472	958.287	1.819.710
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	-	771.741	771.741
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	856.951	-	-	856.951
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	-	4.472	-	4.472
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	-	-	186.546	186.546
Resultado da prestação de serviços de seguro	(1.600.361)	4.472	958.287	(637.602)
Resultado financeiro líquido de seguros	250.015	-	48.781	298.795
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	252.185	-	70.239	322.424
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(2.170)	-	(21.458)	(23.628)
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.350.348)	4.472	1.007.066	(338.808)
Componentes de investimento e restituições de prêmio	(53.694)	-	53.694	-
Prêmios recebidos	3.671.679	-	-	3.671.679
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(1.083.650)	(1.083.650)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.387.022)	-	-	(1.387.022)
Total de fluxos de caixa	2.284.657	-	(1.083.650)	1.201.007
Passivos de fechamento	2.762.416	4.472	549.772	3.316.660

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
2023				
Passivo de abertura	710.013	116.467	2.490.180	3.316.660
Variação relacionada a serviços futuros	(1.349.009)	(9.779)	1.353.942	(4.846)
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	(826.730)	52.653	774.088	11
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(522.279)	(62.432)	579.854	(4.857)
Variação relacionada aos serviços atuais	165.728	(34.490)	(1.141.482)	(1.010.244)
CSM reconhecida para serviços prestados	-	(34.490)	-	(34.490)
Variação no ajuste de risco para risco não financeiro para riscos vencido	-	-	-	-
Ajustes pela experiência	165.728	-	-	165.728
Variação relacionada a serviços passados	(17.642)	3.346	-	(14.296)
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	(17.642)	3.346	-	(14.296)
Resultado da prestação de serviços de seguro	(1.200.922)	(40.923)	212.460	(1.029.387)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	73.668	23.392	297.828	394.888
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	65.832	13.427	297.828	377.087
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	7.836	9.965	-	17.801
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.127.255)	(17.531)	510.288	(634.498)
Outros	11	-	-	11
Prêmios recebidos	3.151.028	-	-	3.151.028
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	(1.164.146)	-	-	(1.164.146)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.039.951)	-	-	(1.039.951)
Fluxos de caixa	946.931	-	-	(946.931)
Passivos de fechamento	529.700	98.935	3.000.468	3.629.103

ii. Análise por componente de mensuração:

	Estimativas do valor dos fluxos de caixa futuro		Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda			
2022					
Passivo de abertura	756.412	106.416	1.591.632	4.472	2.454.460
Variação relacionada a serviços futuros	(1.483.404)	37.325	1.450.551	4.472	4.472
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	(1.130.182)	55.750	1.074.432	-	-
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(353.222)	(18.425)	376.119	4.472	(826.821)
Variação relacionada aos serviços atuais	11.737	(32.590)	(807.768)	(807.768)	(1.194)
CSM reconhecida para serviços prestados	-	(32.590)	-	-	-
Variação no ajuste de risco para risco não financeiro para riscos vencido	-	-	-	-	-
Ajustes pela experiência	11.737	-	-	11.737	-
Variação relacionada a serviços passados	187.856	(1.310)	186.546	4.472	186.546
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	187.856	(1.310)	186.546	4.472	186.546
Resultado da prestação de serviços de seguro	(1.283.812)	3.426	642.783	(637.603)	(637.603)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	36.406	6.625	255.765	298.796	298.796
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	54.598	12.062	255.765	322.425	322.425
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(18.192)	(5.437)	-	(23.629)	(23.629)
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.247.405)	10.051	898.548	(338.806)	(338.806)
Prêmios recebidos	3.671.679	-	-	3.671.679	3.671.679
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	(1.083.650)	-	-	(1.083.650)	(1,083.650)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.387.022)	-	-	(1,387.022)	(1,387.022)
Fluxos de caixa	1.201.007	-	-	1.201.007	1.201.007
Passivos de fechamento	710.012	116.467	2.490.180	3.316.659	3.316.659

iii. Efeito dos contratos reconhecidos inicialmente no exercício:

	Contratos de seguro emitidos		Total
	Contratos rentáveis	Contratos onerosos	
2023			
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	(1.506.435)	(878)	(1.507.313)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(2.071.935)	(316)	(2.072.251)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	(3.578.370)	(1.194)	(3.579.564)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	4.405.504	1.186	4.406.690
Ajuste de risco para o risco não financeiro	(51.955)	1	(51.954)
CSM	774.088	-	774.088
2022			
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	(1.399.031)	-	(1.399.031)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.321.568)	-	(1,321,568)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	(2.720.599)	-	(2.720.599)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	3.850.769	-	3.850.769
Ajuste de risco para o risco não financeiro	(55.738)	-	(55,738)
CSM	1.074.432	-	1,074,432
iv. CSM por método de transição:			
Saldo inicial de CSM	1.454.185	1.591.632	3.045.817
Mudanças nas estimativas que resultam em ajuste de margem sobre serviços contratuais	491.591	237.946	729.537
Liberação de CSM	(625.379)	(547.927)	(1.173.306)
Mudanças relacionadas a despesas ou receitas financeiras de seguros	155.805	172.534	328.339
Saldo final de CSM	1.476.202	1.454.185	2.930.387

v. Reconhecimento esperado da CSM:

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Reconhecimento esperado de CSM	926.830	552.839	362.944	255.192	188.563	714.100	3.000.468
2022	747.268	453.665	303.873	217.299	162.394	605.681	2.490.180

b) MODELO VFA: i. Análise por cobertura remanescente e sinistros incorridos:

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
2023				
Passivo de abertura	2.263.880	801	2.512	2.267.193
Receitas de seguro	(31.529)	-	-	(31,529)
Despesas com prestação de serviço de seguros	1.422	3.762	21.661	26.845
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	-	21.213	21,213
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	1.422	-	-	1,422
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	-	3.762	-	3,762
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	-	-	448	448
Resultado da prestação de serviços de seguro	(30.107)	3.762	21.661	(4.684)
Resultado financeiro líquido de seguros	344.042	-	344.042	344.042
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	344.042	-	344.042	344,042
Total das variações na demonstração do resultado	313.935	3.762	21.661	339.358
Componentes de investimento e restituições de prêmio	(548.716)	-	548.716	-
Outros	-	101	-	101
Prêmios recebidos	332.556	-	-	332,556
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(569.713)	(569,713)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(13.157)	-	-	(13,157)
Total de fluxos de caixa	319.399	-	(569.713)	(250.314)
Passivos de fechamento	2.348.498	4.664	3.175	2.356.337

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
2022				
Passivo de abertura	2.290.358	-	(199)	2.290.159
Receitas de seguro	(28.325)	-	-	(28,325)
Despesas com prestação de serviço de seguros	180	801	22.024	23.005
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	-	21.542	21,542
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	180	-	-	180
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	-	801	-	801
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	-	-	482	482
Resultado da prestação de serviços de seguro	(28.145)	801	22.024	(5.320)
Resultado financeiro líquido de seguros	250.976	-	44	251.020
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	250.976	-	44	251,020
Total das variações na demonstração do resultado	222.831	801	22.068	245.700
Componentes de investimento e restituições de prêmio	(500.116)	-	500.116	-
Prêmios recebidos	265.682	-	-	265,682
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(519.473)	(519,473)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(14.876)	-	-	(14,876)
Total de fluxos de caixa	250.806	-	(519.473)	(268.667)
Passivos de fechamento	2.263.880	801	2.512	2.267.193

ii. Análise por componente de mensuração:

	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros		Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda			
2023					
Passivo de abertura	2.198.744	4.958	63.491	2.267.193	2.267.193
Variação relacionada a serviços futuros	(4.880)	(2.734)	1.640	3,765	(4,880)
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	(1.153)	9	1.143	(1)	(1,153)
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(4.214)	(2.746)	497	(6,463)	(4,214)
Variação das estimativas que resultam em perdas e (reversões) de perdas em contratos onerosos	10.227	2	-	10,229	10,227
Variação relacionada aos serviços atuais					

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

13. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	23.052	16.994	461.210	460.691
Impostos e contribuições	4.441	2.198	1.010.070	710.613
Dividendos a pagar	312.062	173.872	312.062	173.872
Encargos trabalhistas	-	-	47.860	32.065
Passivos de capitalização	-	-	159.958	168.977
Outras contas a pagar	3.034	9.217	182.185	65.100
Total	342.589	202.181	2.173.345	1.611.318

14. PASSIVOS FINANCEIROS

a) Passivo de arrendamento:

	2023		2022	
	Saldo inicial	2023	Saldo inicial	2022
Constituição de novos contratos	-	-	-	6.197
Pagamentos	-	-	(90.026)	(88.689)
Apropriação dos juros	-	-	54.703	54.925
Remensuração	-	-	36.674	96.956
Baixa	-	-	(5.344)	(1.582)
Saldo final	-	-	558.320	562.313

A taxa média ponderada utilizada para cálculo de desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2023. Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

a) Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos:

Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
122.343	105.698	179.693	150.586	558.320

15. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição:

Natureza	2023		2022	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
Fiscais	1.481.606	1.661.795	1.400.370	1.576.717
PIS/COFINS	1.404.672	1.564.382	1.346.404	1.494.112
PIS/COFINS (multa de mora)	11.006	25.168	-	21.565
CSLL	18.090	22.321	11.141	9.226
Outros	47.738	39.924	42.825	51.814
Trabalhista	61.025	10.628	62.383	13.505
Cíveis	85.053	19.565	59.582	8.756
Outros	13.209	711	13.209	205
Total	1.640.893	1.692.699	1.535.544	1.599.183

(*) Os depósitos judiciais não contemplam os depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R\$ 74.597 (R\$ 95.366 em 31 de dezembro de 2022).

b) Composição das ações judiciais por natureza fiscal, trabalhista e cível e por probabilidade de perda:

Probabilidade de perda	2023			2022		
	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado
Fiscais	38	3.335.148	1.481.606	41	3.363.900	1.400.370
Provável	7	1.426.198	1.426.198	7	1.348.100	1.348.100
Possível	31	1.908.950	55.408	34	2.015.800	52.270
Cíveis	10.968	623.089	85.053	13.324	427.278	62.383
Provável	2.839	85.188	85.053	3.854	62.383	62.383
Possível	6.617	429.256	-	7.131	291.048	-
Remota	1.512	108.645	-	2.339	73.847	-
Trabalhistas	883	178.260	61.025	791	192.620	59.582
Provável	338	61.024	61.025	306	59.582	59.582
Possível	147	21.306	-	91	21.377	-
Remota	398	95.930	-	394	111.661	-
Outros	1	13.209	13.209	1	13.209	13.209
Total	11.890	4.149.706	1.640.893	14.157	3.997.007	1.535.544

Processos trabalhistas: O GRUPO responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre o GRUPO e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa Interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Processos cíveis: Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados a cobertura securitária), ou ainda relacionados a coberturas securitárias pleiteadas em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros. **Processos fiscais:** As empresas do GRUPO possuem discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. **PIS/COFINS -** Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes, em processos com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens 1, 2, 3, 6, 7 e 8. Fases processuais e status abaixo: • 1ª e 2ª Instâncias - pedido principal: A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, a Seguradora entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência de referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Julgada improcedente a ação judicial em primeira e segunda instâncias. • Tribunais Superiores - pedido principal: Interpostos Recursos Especial julgado improcedente em 05 de dezembro de 2023, aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração opostos em Recurso Especial, sendo mantida pelo escrivão patrono da causa a classificação de risco como possível. E, permanece pendente de julgamento o Recurso Extraordinário. • 1ª e 2ª instâncias - pedido de efeito suspensivo: Em pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março/2021, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou de ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos em referido processo. • Tribunais Superiores - pedido de efeito suspensivo: Após pedido apresentado perante a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pelas seguradoras. Em razão de referida admissibilidade, foi apresentado pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27 de abril de 2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, as seguradoras contam com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão nesta Ação Judicial. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. Probabilidade: A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens 4, 5, 9 e 10. As principais ações fiscais em 31 de dezembro de 2023 são:

Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
COFINS Prêmio de Seguros 9.718/1998	02/99 a 12/14	Possível	-	-	4.916	4.463	14.908	13.982
	02/99 a 12/14	Possível	15.523	14.842	16.406	15.701	15.523	14.842
	05/99 a 05/09	Provável	686.692	655.842	691.731	660.593	686.692	655.842
COFINS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 05/09	Possível	-	-	24.453	23.331	134.052	128.060
PIS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	7.224	6.852
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	26.824	25.159
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Provável	189.636	178.361	197.795	186.021	189.636	178.361
PIS Receita Financeira 9.718/98	08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	4.359	4.088
COFINS Receita Financeira (IX) 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	-	-	-	-	83.086	78.903
	05/99 a 12/14	Provável	512.821	486.567	598.457	568.001	512.821	486.567
PIS Receita Financeira 9.718/98	08/09 a 12/14	Possível	-	-	799	725	722	2.267
	08/09 a 12/14	Possível	-	-	-	-	100.816	94.507
COFINS Receita financeira 9.718/98	12/13 a 12/14	Possível	-	-	-	-	16.383	15.357
PIS Receita financeira 9.718/98	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	-	22.474	19.033	643.161	511.389
	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	-	3.652	3.093	104.514	83.100
PIS receita financeira 12.973/14	01/18 a 10/19	Possível	-	-	-	-	1.235	907
PIS/COFINS s/carregamento de título de capitalização	-	Possível	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS Receitas de prêmios e previdência	-	Possível	-	-	1.047	903	1.939	1.889
Provável			1.404.672	1.335.612	1.504.389	1.430.316	1.404.672	1.335.612
Possível			-	-	57.341	51.124	1.527.724	1.692.892
Total			1.404.672	1.335.612	1.561.730	1.481.864	2.557.396	2.314.994

Nota	Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2023	2022	2023	2022	2023	2022
1	PIS EC 17/1997	07/1997 a 02/1998	Possível	8.649	10.310	8.649	8.238	8.649	10.310
2	PIS EC 10/1996	03/1998 a 01/1999	Provável	11.046	10.791	13.627	13.151	11.046	10.791
3	IRPJ/CSLL PC/BT/NF	01/1996 a 07/1996	Possível	-	-	22.624	20.147	22.624	20.147
4	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	Possível	-	-	23.132	21.565	23.132	21.565
5	IRPJ/CSLL Glosa de despesas	2010 a 2011	Possível	-	-	377	460	377	403
6	PIS/COFINS jrs. parc. DPVAT e Assist 24 h	2013/2014	Possível	-	-	2.106	1.777	57.708	38.900
7	PIS/COFINS juros de parcelamento	01/2015 a 12/2016	Possível	-	-	-	-	3.750	3.436
8	INSS sobre PLR	01/2000 a 12/2006	Possível	9.441	-	12.625	11.646	9.441	8.937
9	INSS Diferencial de alíquota RAT	01/2013 a 12/2014	Possível	43.754	41.582	7.994	6.733	59.062	49.066
10	INSS Refis	01/1996 a 12/1998	Provável	-	-	-	-	-	-
		06/2008 em diante	Provável	-	-	832	988	-	832
11	IRPJ Compensação	2003	Possível	3.005	-	3.005	2.808	3.005	2.808
12	de despesas indutíveis	2014 a 2016	Possível	-	-	-	-	506.071	483.488
13	IRPJ sobre seguro rural	01/2014 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	346.616	319.148
14	PIS/COFINS sobre juros	2016	Possível	-	-	-	-	69	65
15	IRPJ e CSLL sobre JCP ISS - Comissões e monitoramento de veículos	01/98 a 08/98	Provável	1.039	865	607	486	1.039	865
17	monitoramento de veículos	01/98 a 10/15	Possível	-	-	-	-	2.233	6.286
18	IRRF a restituir 79/80 - REFIS	1879 a 1980	Possível	-	-	-	-	141	141
19	Multa isolada cumulativa sobre CSLL	2007 a 2008	Possível	-	-	5.233	4.563	4.846	4.563
20	Multa ofício por compensação não homologada	2014, 2017	Possível	-	-	-	-	-	-
21	Multa EFD contribuições	2019 a 2020	Possível	-	-	-	-	1.229	1.115
22	Multa EFD contribuições	02/2018 a 01/2019	Possível	-	-	-	-	13.285	-
Provável				12.085	12.488	14.234	14.625	12.085	12.488
Possível				64.849	52.269	85.828	80.228	1.134.409	1.036.517
Total				76.934	64.757	100.062	94.853	1.146.944	1.049.005

• **PIS/COFINS:** Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998 - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, quanto ao alargamento da base de cálculo e majoração de alíquota. Encontram-se os processos aguardando julgamento de Recursos Especial e Extraordinário, sobrestados em razão da existência de Repercussão Geral sobre a matéria - RE 609.096. A probabilidade de perda é classificada como provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. **Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014** - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, a partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência dos tributos sobre a parcela de receitas financeiras atreladas aos ativos garantidores em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, em exame de admissibilidade. Conta com decisão que suspende a exigibilidade do crédito tributário. A probabilidade de perda é classificada como possível. • **Demais processos tributários:** (1) **PIS EC nº 17/1997, de 25 de novembro de 1997, e PIS EC nº 10/1996, de 04 de março de 1996 - A** Para os ramos de auto, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do art. 195 da CF/1988. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. c) Para o ramo vida, discute a exigibilidade do PIS com base na Lei nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da par cela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nagesimal e da irretroatividade. (2) **IRPJ/CSLL IPC BTNF** - No ramo seguros gerais não vida, discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991, exercido de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável. (3) **PIS/COFINS MULTA** - No ramo seguros gerais não vida, e no ramo vida, discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS, aguarda julgamento de Apelação da União. (4) **IRPJ/CSLL - Glosa de despesas** - No ramo seguros gerais não vida, discutiu glosa de despesas operacionais na esfera administrativa. Decisão parcialmente favorável. Saldo remanescente em discussão em Ação Anulatória, que aguarda julgamento de primeira instância. (5) **PIS/COFINS juros parc. DPVAT** - Nos ramos auto, seguros gerais não vida, e vida, discute exigência de PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras - decorrentes de adicional de parcelamento, operação DPVAT e oscilação cambial. Aguarda julgamento na esfera administrativa. (6) **PIS/COFINS juros de parcelamento** - discute na esfera administrativa, a exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes do fracionamento do prêmio de seguro. Aguarda julgamento de primeira instância. (7) **INSS sobre PLR** - Nos ramos seguros gerais não vida, e no ramo vida, discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Nos ramos seguros gerais não vida, aguarda julgamento de defesa na esfera administrativa. No ramo vida, inicialmente foi proferido julgamento favorável em sede de Apelação. A União opôs embargos de declaração, os quais foram providos para fins de atribuir efeito modificativo ao acórdão. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário interpostos. (8) **INSS RAT** - No ramo seguros gerais não vida, discute exigência de recolhimento de diferencial de alíquota RAT. Aguarda julgamento na esfera administrativa. (9) **INSS Refis** - No ramo vida, discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Decisão de primeira instância parcialmente favorável. Apelação da União desprovida. Aguarda prazo recursal e/ou trânsito em julgado. (10) **Multa IRPJ - Compensação** - para o ramo de auto, discute em ação anulatória de débito, não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda julgamento de Apelação. (11) **IRPJ/CSLL - Não adição de despesas indutíveis** - No ramo auto, discute exigência de IRPJ/CSLL, decorrente de glos

* continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Brasil Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F° SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 3 (três) membros, está instituído na empresa líder MAPFRE Brasil Participações S.A. e sua atuação também tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Investimentos Ltda., MAC Investimentos S.A. e Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Brasil Participações S.A. foi constituído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de outubro de 2020, que resultou na instituição de Comitês de Auditoria nas sociedades *holdings* MAPFRE Brasil Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., que fazem parte do GRUPO MAPFRE. Tendo em conta que os integrantes dos Comitês são os mesmos, a pauta é única e os interlocutores, em geral, são comuns, o que possibilita a realização de reunião de forma conjunta, porém com registros em atas individualizadas para o Comitê de cada sociedade *holding*.

Os administradores da MAPFRE Brasil Participações S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que as empresas abrangidas estão expostas, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A empresa de auditoria independente KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável pela auditoria atuarial

das empresas reguladas pela SUSEP - MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. - e controladas pela MAPFRE Participações S.A., que é subsidiária integral da MAPFRE Brasil Participações S.A.

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles internos, auditoria interna e auditoria externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, aos processos contábeis, aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, aos processos de gestão de riscos e aos relativos a transações com partes relacionadas, assim como, à supervisão da efetividade das estruturas de Compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, emitiu recomendações de aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes da auditoria interna e auditoria externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e as constantes nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a

continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Brasil Participações S.A. e discutiu com o auditor independente seu relatório e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

b) Os relatórios e as informações fornecidas pelas áreas de auditoria interna, de riscos e de controles internos indicam a efetividade de seus trabalhos;

c) A Auditoria Independente é efetiva e as informações por ela fornecida constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;

d) As demonstrações financeiras da MAPFRE Brasil Participações S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo (SP), 29 de abril de 2024.

Luiz Cláudio Ligabue - Coordenador

Edgar Jabbour - Membro Titular

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis - Membro Titular



Na história da MAPFRE, os corretores são sempre protagonistas.

Todos os dias, cuidamos de milhões de pessoas ao redor do mundo. E isso só é possível com o apoio, a dedicação e a competência dos nossos parceiros corretores. Obrigado por estarem ao nosso lado e contem conosco. Quanto mais próximos estamos, mais longe podemos ir.

mapfre.com.br



MAPFRE

Cuidamos do que é importante para você

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ: 12.264.857/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas,**

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Individuais, referentes à MAPFRE Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e estão sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As referidas demonstrações financeiras estão sendo acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Resultado do exercício

Em 2023, a MAPFRE Participações S.A. apresentou lucro de R\$ 286,5 milhões, obtidos substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas sendo:

- Lucro de R\$ 197,4 milhões pelas carteiras de Auto e Seguros Gerais.
- Lucro de R\$ 61,1 milhões pelas carteiras de Vida.
- Lucro de R\$ 6,3 milhões no segmento de Capitalização.
- Lucro de R\$ 17,4 milhões no segmento de Previdência.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Participações S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Sustentabilidade

Em 2021, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 2022 a 2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ESG - Ambientais, Sociais e de Governança e de negócios para os próximos anos. O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDAÇÃO MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social. Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e cento e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e dar confiabilidade às práticas adotadas, sendo os resultados obtidos informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se ao acompanhamento de novas regulamentações,

aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, à segurança física e lógica, ao plano de continuidade de negócios e à atividade de mapeamento de processos.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de Dados e Segurança da Informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais aos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança de dados, a governança e a gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

A Administração**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	2022		Passivo	Nota	2022	
		2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)			2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)
Circulante		125.788	66.961	Circulante		70.621	11.459
Caixa e equivalente de caixa	15	15	52	Outros passivos	8	70.621	11.459
Ativos financeiros	5	57.112	49.292	Passivo não circulante		88	-
Mensuradas ao valor justo por meio do resultado		57.112	49.292	Outros passivos	8	88	-
Créditos a receber e outros ativos	6	64.495	13.553	Patrimônio líquido	9	3.609.778	3.235.836
Ativo fiscal corrente	11b	4.166	4.101	Capital social	2	2.555.043	2.555.043
Ativo não circulante		3.554.699	3.180.334	Reservas	1	1.127.780	910.350
Ativos financeiros	5	7.151	6.770	Outros resultados abrangentes		(73.045)	(229.557)
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		7.151	6.770	Total do passivo e patrimônio líquido		3.680.487	3.247.295
Investimentos em controladas	7	3.547.548	3.173.394				
Total do ativo		3.680.487	3.247.295				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

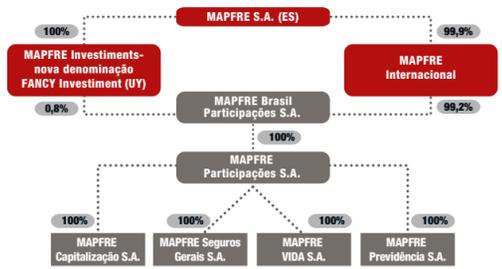
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 31 de dezembro de 2021, publicado anteriormente	2.480.043	261.343	100.310	619.909	(207.673)	-	3.253.932
Transição CPC 48 e CPC 50, líquido de impostos	-	-	-	(153.844)	31.515	-	(122.329)
Saldo em 1º de janeiro de 2022 (reapresentado)	2.480.043	261.343	100.310	466.065	(176.158)	-	3.131.603
Aumento de capital - AGE de 30 de junho de 2022	75.000	-	-	-	-	-	75.000
Absorção dividendos 2021 para reserva de investimentos	-	-	-	10.472	-	-	10.472
Outros resultados abrangentes - controladas	-	-	-	-	(90.918)	-	(90.918)
Outros resultados abrangentes - CPC 48 e CPC 50, líquidos dos impostos	-	-	-	-	37.519	-	37.519
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	83.302	83.302
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	2.345	-	-	(2.345)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.142)	(11.142)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	69.815	(69.815)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	2.555.043	261.343	102.655	546.352	(229.557)	-	3.235.836
Outros resultados abrangentes - controladas	-	-	-	-	156.512	-	156.512
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	286.501	286.501
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	14.541	-	-	(14.541)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(69.071)	(69.071)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	202.889	(202.889)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.555.043	261.343	117.196	749.241	(73.045)	-	3.609.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MAPFRE Participações S.A. é uma sociedade por ações que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais e industriais; *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral; e *iii.* previdência e capitalização. A MAPFRE Participações S.A. está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 12.264.857/0001-06. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A MAPFRE Participações S.A. está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: *i.* Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; *ii.* A MAPFRE Participações S.A. não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; *iii.* A MAPFRE Participações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e *iv.* A controladora direta da MAPFRE Participações S.A., que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2024. Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras do GRUPO MAPFRE, no qual o CPC 50 - Contratos de Seguros e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. O detalhamento das notas explicativas das empresas controladas pela MAPFRE Participações S.A. será divulgado nos dados consolidados da empresa MAPFRE Brasil Participações S.A., que serão divulgadas no mesmo dia. As mudanças relacionadas a políticas contábeis significativas estão descritas na Nota Explicativa nº 3i. **b) Continuidade:** A Administração considera que a MAPFRE Participações S.A. possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base de Consolidação das Controladas:** São as entidades nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida, (ii) exposição a, ou direito sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o GRUPO e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As políticas contábeis das Controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo GRUPO. Destacamos a relação das companhias controladas constituídas no Brasil, com controle integral, salvo quando indicado de outra forma: **a. MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto a exploração de operações de seguros, seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares, conforme legislação aplicável; **b. MAPFRE Vida S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto a operação em seguros, seguros e resseguros nos ramos de pessoas e vida, conforme legislação aplicável; **c. MAPFRE Previdência S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, conforme legislação aplicável; **d. MAPFRE Capitalização S.A. ("Controladas")** - Tem por objeto operar na modalidade de capitalização, conforme legislação aplicável. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) resultantes de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados em relação ao investimento na proporção da participação do GRUPO na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Companhia é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos e as principais premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínuo. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 7b - Ação f) **Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Mudanças nas políticas contábeis significativas:** A Companhia aplicou, inicialmente o CPC 50 e CPC 48, incluindo quaisquer alterações consequentes a outras normas, a partir de 1º de janeiro de 2023. Essas normas trouxeram mudanças na contabilização de contratos de seguro, resseguro e instrumentos financeiros. Como resultado, a Companhia representou certos montantes comparativos e apresentou um terceiro balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022. **CPC 50 - Contratos de Seguros -** O CPC 50 substitui o CPC 11 - Contratos de seguro e entra em vigor por períodos anuais, a partir de após 1º de janeiro de 2023, como indicado anteriormente. **i) Reconhecimento, mensuração e apresentação de contratos de seguro:** A referida norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contrato de seguro, resseguro e contratos de investimentos com DPF (característica de participação discricionária). Ela introduz um modelo de mensuração de grupos de contratos com base nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera surgirem à medida que a Companhia cumprir os contratos e um ajuste explícito de risco para o risco não financeiro. De acordo com o CPC 50, a receita de seguros em cada período de apresentação representa as mudanças nos passivos de cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o GRUPO MAPFRE espera receber contraprestação e uma alocação de prêmios que se referem à recuperação de fluxos de caixa de aquisição de seguros. Além disso, os componentes de investimento não são mais incluídos nas despesas de receita de seguros e serviços de seguro. Anteriormente, todos os custos de aquisição eram reconhecidos e apresentados como ativos separados dos contratos de seguro relacionados (custos de aquisição diferidos) até que esses custos fossem incluídos no resultado e em outros resultados abrangentes. De acordo com o CPC 50, somente fluxos de caixa para a aquisição de seguros que surgem antes do reconhecimento dos contratos de seguro relacionados são reconhecidos como ativos separados e são testados para a recuperabilidade. Esses ativos são apresentados no valor contábil da carteira relacionada de contratos e são desreconhecidos, uma vez que os contratos relacionados tenham sido reconhecidos. As receitas e despesas dos contratos de resseguros que não sejam receitas e despesas de financeiras de seguros são apresentadas como um único valor líquido no resultado. O GRUPO contabiliza os contratos de seguro

e resseguro nos termos do CPC 50 vide nota 3i. **ii) Modelos de transição adotados:** As mudanças nas políticas contábeis, resultantes do CPC 50, foram aplicadas usando uma abordagem retrospectiva completa para os grupos de contratos valorados pelo modelo FVA e abordagem de Valor Justo para os grupos de contratos valorados pelo modelo geral BBA e pelo modelo VFA, na medida em que foi impraticável adotar a abordagem retrospectiva completa ou modificada para estes modelos. **a) Abordagem retrospectiva completa:** O GRUPO MAPFRE, em 1º de janeiro de 2022, identificou, reconheceu e mensurou cada grupo de contratos de seguro e de resseguro como se o CPC 50 sempre tivesse sido aplicado. Identificou, reconheceu e mensurou quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros como se o CPC 50 sempre tivesse sido aplicado. • Baixou os saldos anteriormente que não existiriam se o CPC 50 sempre tivesse sido aplicado (incluindo alguns custos de aquisição diferidos). • Reconheceu no patrimônio líquido qualquer diferença líquida resultante. **b) Abordagem valor justo:** Para grupos de contratos mensurados pelo modelo BBA (Building Block Approach) e VFA (*Variable Fee Approach*), o GRUPO MAPFRE considerou impraticável adotar a abordagem retrospectiva completa pelo fato de as informações requeridas não terem sido coletadas (ou não terem sido coletadas com granularidade suficiente) e estarem indisponíveis em função de migrações de sistemas, requisitos de retenção de dados ou outras razões. Além disso, o GRUPO MAPFRE considerou que não é possível reconstruir premissas de projeção de fluxos de caixa futuro em épocas passadas sem o uso de percepção posterior. O objetivo do cálculo do *Fair Value* na data de transição para o CPC 50 é determinar o valor da CSM (*Contractual Service Margin*) ou Componente de Perda (*Loss Component - LC*) com o qual as carteiras vigentes naquela data passarão a ser contabilizadas de acordo com a nova norma. Nesse sentido, o CPC 50 indica que a CSM ou Componente de Perda (LC) na data de transição é obtido como a diferença entre o *Fair Value* do grupo de contratos e seus Fluxos de Caixa de Cumprimento na data de transição. Por sua vez, de acordo com os critérios do CPC 46, o valor do *Fair Value* deve ser composto pelas seguintes grandezas: • Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para o ativo ou passivo que está sendo avaliado (*Best Estimate Liability - BEL*). • Ao transferir uma responsabilidade por contratos de seguro, o destinatário, deve continuar a cumprir as obrigações adquiridas com o segurador da carteira a avaliar. Portanto, a estimativa dos fluxos de caixa para a determinação do *Fair Value* de uma carteira de responsabilidades por contratos de seguro, será baseada na obtenção dos fluxos prováveis relacionados aos pagamentos de benefícios, despesas e cobranças de prêmios futuros, à semelhança de como a entidade obtém a melhor estimativa de fluxos futuros para calcular suas provisões do CPC 50. • Expectativas quanto a possíveis variações no valor e temporalidade dos fluxos de caixa que representam a incerteza inerente aos fluxos de caixa (Ajuste de Risco - RA). • Na determinação do *Fair Value* é necessário ter em conta os possíveis desvios que possam ocorrer, tanto no montante como na temporalidade dos fluxos de caixa. Este conceito também faz parte do passivo do contrato de seguro obtido segundo os critérios do CPC 50, especificamente, quando corresponde ao Ajuste de Risco - RA. • O preço por arcar com a incerteza inerente aos fluxos de caixa (ou seja, um prêmio de risco). Para determinar a CSM na abordagem Valor Justo, o GRUPO MAPFRE incluiu contratos em grupos de contratos com mais de 1 (um) ano de intervalo. **2. CPC 48 - Instrumentos Financeiros** - Entrou em vigor para os períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e introduziu inúmeras alterações com relação ao nível da classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, cálculo e reconhecimento da imparidade, novas regras para as contabilizações de *hedge* e respectivas divulgações. Em virtude da complexidade e exigências associadas à implementação do CPC 48 em conjunto com o CPC 50, em março de 2020, por meio da Emenda do CPC 50, o IASB (*International Accounting Standards Board*) decidiu pela prorrogação da data efetiva da norma para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, decidiu estender a isenção à aplicação do CPC 48 para permitir implementar o CPC 48 e o CPC 50 em conjunto. O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48, uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou o CPC 48 pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, com o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos 4 (quatro) tópicos principais abaixo: **i) Classificação e mensuração de ativos e passivos:** O CPC 48 afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023, da seguinte forma: • A maioria dos itens subjacentes a contratos de participação alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com o CPC 38. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com o CPC 48. • Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com o CPC 38, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com o CPC 48. • Os investimentos de dívida classificados como disponível para venda de acordo com o CPC 38 podem, de acordo com o CPC 48, ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas. • No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2022; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes. • Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com o CPC 38, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com o CPC 48. A classificação dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, os ativos financeiros contabilizados como disponíveis para venda foram classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a valor justo por meio do resultado (VJR) e os ativos antes classificados como mantidos até o vencimento, antes mensurados por valor de custo amortizado, foram reclassificados para valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), passando a serem mensurados por valor justo e com impacto positivo em 1º de janeiro de 2022 no valor de R\$ 29,9 milhões líquido de imposto e perda esperada no patrimônio líquido. **ii) ECL (*Expected Credit Loss*):** O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida no CPC 38 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. O CPC 48 exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual à ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data de apresentação. **iii) Instrumentos financeiros derivativos:** O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. De acordo com a Política de Investimentos e normativas vigentes, o GRUPO MAPFRE realiza operações em mercados derivativos, com a finalidade de efetuar *Hedge* em sua carteira. Ao longo do segundo semestre de 2022, contratou Instrumentos Financeiros de Derivativos do tipo Di Futuro da B3, na Carteira Própria, com o objetivo de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros futuros, sendo os ajustes com liquidações financeiras diárias. O ganho ou perda resultante com as operações de derivativos são reconhecidos pelo "VJR" de cada período. **3. Efeitos da adoção inicial do CPC 48 e CPC 50:** Apresentamos abaixo, o impacto de adoção inicial do CPC 48 e CPC 50 no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício:

Divulgação	31.12.2022	
	anterior	ajustes ajustados
Resultado de equivalência patrimonial em investidas	46.882	36.399
Despesas administrativas	(1.095)	-
Despesas com tributos	(382)	-
(=) Resultado antes das receitas/despesas financeiras	45.205	36.399
(+/-) Resultado financeiro	1.779	(4)
(=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro	46.984	36.395
(-) Imposto de renda	(51)	1
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	(27)	(50)
(=) Lucro líquido do exercício	46.906	36.396

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais)

Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	Nota	2022	
		2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)
Despesas administrativas	10a	(870)	(1.095)
Despesas com tributos	10b	(492)	(382)
Outros resultados financeiros	10c	7.659	1.775
Lucro antes dos impostos		286.518	83.379
Imposto de renda e contribuição social	11a	(2.117)	(1.777)
Lucro líquido do exercício		286.501	83.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	2022	
	2023 (reapresentado)	01.01.2022 (reapresentado)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	156.512	(53.399)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controladora	539	(276)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes - controladora	(183)	94
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controladas	330.562	(151.793)

* continuação

MAPFRE Participações S.A. - CNPJ nº 12.264.857/0001-06**DIRETORIA**

FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO

SIDNEY RODRIGUES

IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de Abril de 2024.

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-027685/O-0 F SP**Érika Carvalho Ramos**
Contadora CRC 1SP224130/O-0**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.

É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da MAPFRE Participações S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que as empresas abrangidas estão expostas, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A empresa de auditoria independente KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável

pela auditoria atuarial das empresas reguladas pela SUSEP - MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. - e controladas pela MAPFRE Participações S.A.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles internos, auditoria interna e auditoria externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, aos processos contábeis, aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, aos processos de gestão de riscos e aos relativos a transações com partes relacionadas, assim como, à supervisão da efetividade das estruturas de Compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, emitiu recomendações de aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes da auditoria interna e auditoria externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e as constantes nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Participações S.A. e discutiu com o auditor independente seu relatório e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

b) Os relatórios e as informações fornecidas pelas áreas de auditoria interna, de riscos e de controles internos indicam a efetividade de seus trabalhos;

c) A Auditoria Independente é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;

d) As demonstrações financeiras da MAPFRE Participações S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo (SP), 29 de abril de 2024.

Luiz Cláudio Ligabue - Coordenador**Edgar Jabbour** - Membro Titular**Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis** - Membro Titular

SOLUÇÕES
CUSTOMIZADAS
PARA
CLIENTES
INSTITUCIONAIS

Tradição, Ética e Segurança de uma Gestora de Recursos com mais de 20 anos de experiência.



Saiba mais sobre a
MAPFRE Investimentos

Rating **MQ1.br** pela Moody's ^[1]

Avaliação máxima de qualidade
de gestão de investimentos

invest@mapfre.com.br

+55 11 2663-5276 | 11 97398-5838 | 11 94292-6879

MAPFRE | INVESTIMENTOS


[1] Fonte: Moody's; relatório completo no site www.moodylocal.com/country/br/assessments/mq. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda, do fundo garantidor de créditos - FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento, formulário de informações essenciais e formulário de informações complementares ao aplicar seus recursos. A rentabilidade dos fundos não é líquida de impostos. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de no mínimo 12 (doze) meses.

MAC Investimentos S.A.

CNPJ: 17.249.375/0001-92



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Individuais, referentes às atividades da MAC Investimentos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo os Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância às práticas contábeis prescritas pela *International Accounting Standards Board* - IASB.

Resultado do exercício

Em 2023 a MAC Investimentos S.A. apresentou lucro de R\$ 10,5 milhões, obtidos substancialmente de equivalência patrimonial em Sociedades em Contas de Participação - SCP, resultante principalmente pela SCP - carteira aportada.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAC Investimentos S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos Acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível

com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Em 2023, não foram distribuídos dividendos, visto que o lucro do exercício absorve parte do prejuízo acumulado.

Sustentabilidade

Em 2022, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 2022-2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) e de negócios para os próximos anos.

O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e as demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDACIÓN MAPFRE

Por meio da Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022		01.01.2022		Passivo	Nota	2022		01.01.2022	
		2023 (reapresentado)	(reapresentado)	2022	(reapresentado)			2022	(reapresentado)		
Circulante		26.507	19.266	11.302		Circulante		127	166	294	
Disponibilidades		12	295	27		Impostos e contribuições	8	79	9	6	
Ativos financeiros	5	21.894	14.152	7.518		Obrigações a pagar		-	1	61	
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		21.894	14.152	7.518		Fornecedores	9	48	156	227	
Outros créditos	6	1.583	2.058	1.461		Passivo não circulante		694	404	587	
Créditos tributários	13b	3.018	2.761	2.296		Créditos tributários e previdenciários	13b	34	-	-	
Ativo não circulante		11.133	7.453	9.785		Provisões judiciais	10	660	404	587	
Realizável a longo prazo		2.744	1.944	4.274		Patrimônio líquido		11 36.819	26.149	20.206	
Ativos financeiros		2.741	1.944	4.274		Capital social		61.000	61.000	61.000	
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.741	1.944	4.274		Ajuste de avaliação patrimonial		67	(80)	109	
Depósito judicial		3	-	-		Prejuízo acumulado		(24.248)	(34.771)	(40.903)	
Investimentos	7	8.389	5.508	5.508		Total do passivo e patrimônio líquido		37.640	26.719	21.087	
Imobilizado		-	1	3							
Total do ativo		37.640	26.719	21.087							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAC Investimentos S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é parte do GRUPO MAPFRE, sociedade por ações que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, administração de fundos por contrato ou comissão e a participação como acionista em instituições não financeiras. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo, e cadastrada no CNPJ nº 17.249.375/0001-92.

A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 31 de dezembro de 2007, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, em consonância com as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

• Nota 13 - Créditos tributários; e

• Nota 10 - Provisões judiciais.

e) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

f) Mudanças nas políticas contábeis significativas

A Companhia aplicou, inicialmente o CPC 48, incluindo quaisquer alterações consequentes a outras normas, a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta norma trouxe mudanças na contabilidade de instrumentos financeiros. Como resultado, a Companhia apresentou certos montantes comparativos e apresentou um terceiro balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022.

1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Entrou em vigor para os períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e introduziu inúmeras alterações com relação ao nível da classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, cálculo e reconhecimento da imparidade, novas regras para as contabilizações de *hedge* e respectivas divulgações.

Em virtude da complexidade e exigências associadas à implementação do CPC 48 em conjunto com o CPC 50, em março de 2020, por meio da Emenda ao CPC 50, o IASB - *International Accounting Standards Board* decidiu pela prorrogação da data efetiva da norma para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, e estendeu a isenção à aplicação do CPC 48 para permitir implementar o CPC 48 e o CPC 50 ao mesmo tempo.

O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48, uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou o CPC 48 pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, com o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos quatro tópicos principais abaixo:

i) Classificação e mensuração de ativos e passivos

O CPC 48 afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023, da seguinte forma:

• A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJVR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com o CPC 38. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com o CPC 48.

• Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com o CPC 38, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com o CPC 48.

• Os investimentos de dívida classificados como disponível para venda de acordo com o CPC 38 podem, de acordo com o CPC 48, ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas.

• No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2023; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes.

• Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com o CPC 38, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com o CPC 48.

A classificação dos ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR.

No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, os ativos financeiros contabilizados como disponíveis para venda foram classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a valor justo por meio do resultado (VJR) e os ativos antes classificados como mantidos até o vencimento, antes mensurados por valor de custo amortizado, foram reclassificados para valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), passando a serem mensurados por valor justo e com impacto positivo de R\$ 29,9 milhões líquido de imposto e perda esperada no patrimônio líquido.

ii) ECL (Expected Credit Loss)

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida no CPC 38 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. O CPC 48 exige que uma provisão para perda seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultante de testes ou dos possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data de apresentação.

2. Efeitos da adoção inicial do CPC 48

Apresentamos abaixo, o impacto de adoção inicial do CPC 48 no balanço patrimonial e na demonstração do resultado abrangente:

Ativo	Divulgação anterior	01.01.2022		Passivo	Divulgação anterior	01.01.2022	
		Ajuste CPC 48	Saldos ajustados			Ajuste CPC 48	Saldos ajustados
Circulante	11.302	-	11.302	Circulante	127	166	294
Disponibilidades	27	-	27	Impostos e contribuições	8	9	6
Ativos financeiros	7.518	-	7.518	Obrigações a pagar		-	61
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	7.518	-	7.518	Fornecedores	9	48	156
Outros créditos	1.461	-	1.461	Passivo não circulante		694	404
Créditos tributários	2.296	-	2.296	Créditos tributários e previdenciários	13b	34	-
Ativo não circulante	9.676	109	9.785	Provisões judiciais	10	660	404
Realizável a longo prazo	4.165	109	4.274	Patrimônio líquido		11 36.819	26.149
Ativos financeiros	4.165	109	4.274	Capital social		61.000	61.000
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	4.274	4.274	Ajuste de avaliação patrimonial		67	(80)
Mensuradas a custo amortizado	4.165	(4.165)	-	Prejuízo acumulado		(24.248)	(34.771)
Imobilizado	5.508	-	5.508	Total do passivo e patrimônio líquido		37.640	26.719
Total do ativo	20.978	109	21.087				

Passivo	Divulgação anterior	01.01.2022	
		Ajuste CPC 48	Saldos ajustados
Circulante	294	-	294
Impostos e contribuições	6	-	6
Obrigações a pagar	61	-	61
Fornecedores	227	-	227
Passivo não circulante	587	-	587
Provisões judiciais	587	-	587
Patrimônio líquido	20.097	109	20.206
Capital social	61.000	-	61.000
Ajuste de avaliação patrimonial	(40.903)	109	(40.903)
Prejuízo acumulado	20.978	109	21.087
Total do passivo e patrimônio líquido	20.978	109	21.087

Demonstração do resultado abrangente

Divulgação anterior	01.01.2022	
	Ajuste CPC 48	Saldos ajustados
Lucro líquido do exercício	6.132	6.132
Outros resultados abrangentes	(189)	(189)
Varição líquida ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(189)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.132	(189)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa e saldos em conta movimento com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados para a Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.

b) Ativos financeiros

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido de acordo com o modelo de negócios. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que mude o seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados na primeira data de balanço posterior à mudança no modelo de negócios. A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial nas seguintes categorias:

i. Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ou seja:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

• Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento sob o risco de principal e dos juros (SPPI).

ii. VJORA

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria.

i. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a VJORA. Além da classificação e mensuração, a norma possui a abordagem geral e simplificada para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro. A Companhia possui ativos de investimentos em títulos de dívida mensurados pelo custo amortizado ou a VJORA e, portanto, se enquadra na abordagem geral. Na abordagem geral as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações:

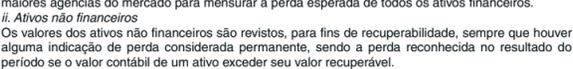
• Estágio 1: todas operações que foram reconhecidas inicialmente são alocadas no estágio 1. Cálculo das perdas de crédito esperadas para os próximos 12 (doze) meses;

• Estágio 2: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e

• Estágio 3: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected Credit Losses*) para os ativos financeiros, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro. A perda esperada (ECL) de qualquer transação é definida como: ECL = EAD * PD * LGD.

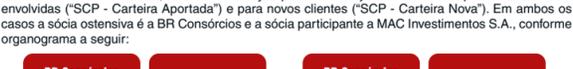
(PD (*Probability of Default*) - Mensura a perda esperada de acordo com os riscos do ativo em determinado período. Existem, essencialmente, duas abordagens possíveis para a calibração da PD. A estruturação societária e operacional trata-se de associação das empresas BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda. (BR Consórcios) e MAC Investimentos S.A., formalizada pela constituição de 2 (duas) sociedades em conta de participação cujo objeto é a administração de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços para clientes já existentes das partes diretamente envolvidas ("SCP - Carteira Aportada") e para novos clientes ("SCP - Carteira Nova"). Em ambos os casos a sócia ostensiva é a BR Consórcios e a sócia participante é MAC Investimentos S.A., conforme organograma a seguir:



d) Investimentos

Os investimentos são feitos em Sociedade por Conta de Participação - (SCP), cuja participação da Companhia seja como sócio participante, e os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A estruturação societária e operacional trata-se de associação das empresas BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda. ("BR Consórcios") e MAC Investimentos S.A., formalizada pela constituição de 2 (duas) sociedades em conta de participação cujo objeto é a administração de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços para clientes já existentes das partes diretamente envolvidas ("SCP - Carteira Aportada") e para novos clientes ("SCP - Carteira Nova"). Em ambos os casos a sócia ostensiva é a BR Consórcios e a sócia participante é MAC Investimentos S.A., conforme organograma a seguir:



* continuação

MAC Investimentos S.A. - CNPJ 17.249.375/0001-92**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de Reais)

Comissão de Riscos: com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuários, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos e, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Gerenciamento do risco de crédito
Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um rating bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

	2023	2022	2023	2022		
	AAA	Sem rating	Total	AAA	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	24.639	-	24.639	16.102	-	16.102
Caixa/contas a pagar/receber	-	(4)	(4)	-	(6)	(6)
Total	24.639	(4)	24.635	16.102	(6)	16.096

(*) Inclui operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

5. ATIVOS FINANCEIROS**a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico**

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Hierarquia a valor justo	Vencimento							Ativos		Total		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste a valor justo	2023	2022		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Mensuradas a valor justo por meio de resultado	4.601	17.297	-	(4)	21.894	21.890	21.894	4	21.894	89%	14.152	88%
Fundos de investimentos	4.601	17.297	-	(4)	21.894	21.890	21.894	4	21.894	100%	14.152	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	-	-	17.297	17.293	17.297	4	17.297	79%	12.222	86%
Operações compromissadas (*)	2	4.601	-	-	4.601	4.601	4.601	-	4.601	21%	1.936	14%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	(4)	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-	(6)	-
Mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	2.741	-	2.741	2.642	2.741	99	2.741	11%	1.944	12%
Fundos de investimentos	-	-	2.741	-	2.741	2.642	2.741	99	2.741	100%	1.944	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	2.741	-	2.741	2.642	2.741	99	2.741	100%	1.379	71%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	29%
Total	4.601	17.297	2.741	(4)	24.635	24.532	24.635	103	24.635	100%	16.096	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justoAo mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis de mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

Para fins de gestão, as aplicações financeiras da Companhia são realizadas e registradas por meio de fundos de investimentos exclusivos, cujas cotas são valorizadas diariamente, e disponibilizadas pelas Administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos, que compõem a carteira desses fundos de investimentos, tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

d) Movimentação das aplicações financeiras

	2023	2022	2023	2022	
	(reapresentado)	Aplicações	Resgates	Ajuste ao valor justo	Rendimentos
Fundo de investimentos (*)	16.096	7.174	(1.301)	181	2.485
Total	16.096	7.174	(1.301)	181	2.485

	01.01.2022	2022	2022	01.01.2022	
	(reapresentado)	Aplicações	Resgates	Ajuste ao valor justo	Rendimentos
Fundos de investimentos (*)	11.792	6.561	(3.612)	(189)	1.544
Total	11.792	6.561	(3.612)	(189)	1.544

(*) Devido a participação da Companhia no fundo de investimento próprio que o GRUPO possui em sua carteira de ativos financeiros, para fins de divulgação da movimentação a Companhia não segregou por classificação de ativos.

6. OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
Dividendos a receber	796	1.332
Bloqueio judiciais	92	-
Outros créditos diversos	695	726
Total	1.583	2.058

7. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participações em duas sociedades por conta de participação, como sócia participante. Estes são avaliados por equivalência patrimonial, não estando demonstrados de forma consolidada nestas demonstrações financeiras. As participações e resultados destes investimentos estão a seguir demonstrados:

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a capacidade da Companhia saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

A posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente pela Diretoria, os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, para manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

As aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez imediata. A seguir o casamento de ativos e passivos:

	2023	2022
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 (um) ano	6.090	129
Fluxo de 1 (um) a 5 (cinco) anos	17.296	-
Fluxo acima de 5 (cinco) anos	2.741	-
Total	26.127	129

(*) O fluxo de ativos considera o disponível, equivalentes de caixa, aplicações e outros créditos. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais, aquelas classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. (**) O fluxo de passivos considera os impostos e contribuições, obrigações a pagar e fornecedores.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 61.000, representado por 201.023.145 quotas (R\$ 61.000 e 201.023.145 quotas em 31 de dezembro de 2022).

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2023	2022		
a) Resultado em sociedades em conta prestação	9.568	6.542		
Equivalência patrimonial - SCP MAPFRE aportada	3.811	3.448		
Equivalência patrimonial - SCP MAPFRE nova	5.757	3.094		
b) Despesa com pessoal	(430)	(1.127)		
Salários	-	-		
Benefícios	-	-		
Despesa de compartilhamento - nota nº 14	(430)	(1.127)		
c) Serviços de terceiros	(348)	(747)		
Despesas com serviços técnicos	(39)	(146)		
Despesa de compartilhamento - nota nº 14	(309)	(600)		
Despesas com demais serviços	-	(1)		
d) Outras despesas administrativas	(344)	(384)		
Despesas com publicações	(64)	(14)		
Despesa de compartilhamento - nota nº 14	(248)	(345)		
Depreciações e amortizações	-	(3)		
Outras despesas	(32)	(22)		
e) Resultado financeiro	2.493	1.552		
Receita financeira	2.485	1.544		
Outras receitas financeiras	8	8		
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
a) Despesas de imposto de renda e contribuição social				
	2023	2022		
Imposto de renda	10.861	10.861		
Contribuição social de renda	6.132	6.132		
Lucro antes dos impostos	10.861	6.132		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.691)	(977)		
Diferenças temporárias	(64)	(24)		
Diferenças permanentes	(7)	(2)		
Resultado de participação em controladas e coligadas	2.392	861		
Prejuízo fiscal e base negativa	118	43		
Deduções incentivadas	15	-		
Tributos antes das compensações	(237)	(99)		
Ajuste temporário	306	119		
Constituição/(reversão) de crédito tributário	49	23		
Ajustes relativos a exercícios anteriores	2	14		
Ajustes relativos ao exercício corrente	118	43		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	238	100		
Alíquota efetiva (%)	-2%	-1%		
b) Créditos tributários				
Os créditos tributários são representados por impostos retidos sobre notas fiscais emitidas e não compensadas em decorrência do faturamento reduzido e do prejuízo apresentado no decorrer dos anos.				
	2022 (reapresentado)	Constituição	Reversão	2023
Ativos diferidos				
Tributos a compensar	2.761	925	(668)	3.018
Total diferido	2.761	925	(668)	3.018
Passivos diferidos				
Tributos diferidos	-	34	-	34
Total não circulante	-	34	-	34
	01.01.2022	2022	2022	01.01.2022
(reapresentado)	Constituição	Reversão	(reapresentado)	
Ativos diferidos				
Tributos a compensar	2.296	609	(144)	2.761
Total circulante	2.296	609	(144)	2.761

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas com a Companhia empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2023	2022							
Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa		
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Empresa ligada	-	19	-	(111)	-	25	-	(25)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)	Empresa ligada	-	3	-	(29)	-	3	-	(3)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Empresa ligada	-	-	-	(4)	-	-	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	Empresa ligada	5	2	29	(528)	5	108	5	(108)
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	-	6	-	(61)	-	5	-	(5)
MAPFRE Vida S.A. (1)	Empresa ligada	-	10	-	(152)	-	15	-	(15)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundo Ltda. (1)	Empresa ligada	-	8	-	(101)	10	-	-	10
Total	5	48	29	(986)	15	156	5	(146)	

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Brasil Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

DIRETORIA

FERNANDO PEREZ-SERRABONA GARCIA

SIDNEY RODRIGUES

IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0



É CLARO QUE ELE IMPORTA PRA VOCÊ!



FALE COM SEU CORRETOR

MAPFRE
Cuidamos do que é importante para você

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 81.074.175/0001-38. Produto Automóvel, Ramo 31 - Processo Susep nº 15414.100326/2004-83. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF-V), Ramo 53 - Processo Susep nº 15414.900138/2016-91. Os serviços de assistência serão prestados pela MAPFRE Assistência Ltda. - CNPJ nº 88.181.221/0001-47 - e por prestadores por ela contratados e designados. SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor): 0800-755-4545; SAC para portadores de deficiência auditiva ou de fala: 0800-775-5045 - atendimento 24h. Ouvidoria: 0800-775-1079. Ouvidoria para portadores de deficiência auditiva ou de fala: 0800-922-7373 - atendimento de 2ª a 6ª feira, das 8h às 20h, exceto feriados, ou pelo site www.mapfre.com.br. A Ouvidoria poderá ser acionada para atuar na defesa dos direitos dos consumidores, esclarecer e/ou solucionar demandas já tratadas pelos canais de atendimento habituais. Plataforma oficial para registro de reclamações dos consumidores: www.consumidor.gov.br. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise de risco. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no site www.susep.gov.br. O não pagamento do prêmio pode gerar o cancelamento do seguro. Este material contém um resumo das condições gerais aplicáveis ao seguro; restrições se aplicam a ele. Consulte a íntegra das Condições Gerais do seguro e seu Manual de Assistência no site www.mapfre.com.br.



**Para deixar uma
pegada positiva no mundo,
planejamos cada passo
com muito carinho.**



Nós acreditamos em um mundo melhor. E mais do que isso, queremos fazer parte da mudança. Temos um compromisso inegociável com o planeta e tudo o que fazemos é guiado pelos valores ASG. De barreiras sociais a desafios ambientais: essa é a parte que nos toca e estamos prontos para agir.

mapfre.com.br